

Resolução

Considerando nossa fraqueza os senhores forjaram
Suas leis, para nos escravizarem.
As leis não mais serão respeitadas
Considerando que não queremos mais ser escravos.
Considerando que os senhores nos ameaçam
Com fuzis e com canhões
Nós decidimos: de agora em diante
Temeremos mais a miséria do que a morte.

Considerando que ficaremos famintos
Se suportarmos que continuem nos roubando
Queremos deixar bem claro que são apenas vidraças
Que nos separam deste bom pão que nos falta.
Considerando que os senhores nos ameaçam
Com fuzis e canhões
Nós decidimos: de agora em diante
Temeremos mais a miséria que a morte.

Considerando que existem grandes mansões
Enquanto os senhores nos deixam sem teto
Nós decidimos: agora nelas nos instalaremos
Porque em nossos buracos não temos mais condições de ficar.
Considerando que os senhores nos ameaçam
Com fuzis e canhões
Nós decidimos: de agora em diante
Temeremos mais a miséria do que a morte.

Considerando que está sobrando carvão
Enquanto nós gelamos de frio por falta de carvão
Nós decidimos que vamos tomá-lo
Considerando que ele nos aquecerá
Considerando que os senhores nos ameaçam
Com fuzis e canhões
Nós decidimos: de agora em diante
Temeremos mais a miséria do que a morte.

Considerando que para os senhores não é possível
Nos pagarem um salário justo
Tomaremos nós mesmos as fábricas
Considerando que sem os senhores, tudo será melhor para nós.
Considerando que os senhores nos ameaçam
Com fuzis e canhões
Nós decidimos: de agora em diante
Temeremos mais a miséria que a morte.

Do texto "Os Dias da Comuna", de Bertold Brecht, tradução de
Fernando Peixoto

As Utopias em torno do Trabalho



Liberdade e Criação

Escola de Formação Básica
Multiplicadora da Economia Popular Solidária

As Utopias em torno do Trabalho



Liberdade e Criação

Escola de Formação Básica
Multiplicadora da Economia Popular Solidária



“O Dia da Mulher nasceu das mulheres socialistas”. Ilustração: Latuff.



Sumário

Apresentação	5
Trabalho e utopia	8
Afinal o que é utopia?	10
Trabalho e formação humana	14
A escola como lugar do ócio	15
A escola se populariza e se degrada	17
A liberdade de ser explorado	18
Tempo livre para criar	20
A ideologia da sociedade industrial	21
As Críticas ao capital que fundaram as utopias	24
As utopias do trabalho no século XIX	29
Anarquismo	30
As primeiras cooperativas	32
Comuna de Paris	35
As utopias no século XX e XXI	40
Referências Bibliográficas	43



Apresentação

“A sociedade que está por libertar-se dos grilhões do trabalho é uma sociedade de trabalhadores, que desconhece outras atividades em benefício das quais valeria a pena conquistar a liberdade.”

(Suzana Albornoz, 1986)

Este é o quarto caderno da série História Social do Trabalho. Nele trazemos os sonhos construídos por outros trabalhadores, militantes sociais, educadores populares em diferentes momentos da história contemporânea.

Esperamos que seu conteúdo nos ilumine na caminhada que fazemos hoje e nos ajude na luta por um mundo melhor.

O CEFURIA, nos seus 23 anos de existência, tem se colocado como instrumento nesta luta. Com pés firmados em princípios, busca se adequar às exigências históricas das lutas sociais, tentando captar e potencializar a dimensão pedagógica de cada um desses momentos.

O capitalismo tem prolongado suas mazelas há mais de duzentos anos, por isso é fundamental compreender seus mecanismos e vasculhar na história, as experiências de resistência que a ele se opuseram e tirar destas experiências, lições para os dias atuais.

Desde o nascimento do capitalismo, sempre houve quem o criticasse e lutasse contra ele. Essas lutas representam um problemão para o capital, que precisa sempre achar formas de escapar, de garantir que não vai precisar abrir mão da acumulação, da busca



infinita pela riqueza material.

É preciso lembrar que este “capital” de que falamos são principalmente as grandes empresas que buscam aumentar de forma ilimitada seu patrimônio. Na verdade, elas vivem só para isso. Não estamos falando, aqui, daquele pequeno comerciante que tem uma lojinha no bairro. Este sofre também porque é “engolido” pelas empresas maiores, e trabalha só para sobreviver, às vezes nem isso ele consegue. Estamos falando daquelas grandes fábricas do século XVIII e XIX e das grandes transnacionais do século XX e XXI.

Vamos lembrar, também, como se dá esse enriquecimento das empresas: por meio de trabalho HUMANO. O capital precisa também extrair muitos recursos da natureza para que os seres humanos possam trabalhar. Além disso é necessário que se pague muito pouco a este trabalho humano, apenas o suficiente para que ele continue vivendo para poder trabalhar mais. Quanto mais o trabalhador trabalha e quanto menos ele recebe para trabalhar, maior é a acumulação de riqueza do capitalista.

O sonho de todo capitalista sempre foi este: que houvesse trabalhadores que não precisassem comer, que não precisassem dormir, e – principalmente – que fossem MUDOS e NÃO PENSASSEM. Mudos, para não reclamarem da exploração, para não fazerem greves, não lutarem pelos seus direitos. Sem capacidade de pensar para que não descobrissem que estavam sendo explorados e achassem normal a escravidão.

Como as pessoas não são mudas, insistem em pensar e além disso têm necessidades que precisam ser satisfeitas, como comer, beber, se divertir, namorar, etc., foram criados robôs e máquinas de todo o tipo para que o trabalhador pudesse ser “jogado fora” e os patrões pudessem, então, tranquilamente continuar a ganhar dinhei-



ro, sem se incomodar.

Mas os seres humanos – para desespero dos capitalistas – mesmo explorados, mesmo massacrados e mesmo desempregados (os que foram realmente “jogados fora”) – continuam falando, pensando, protestando, lutando, amando e – o mais sério – CRIANDO.

Criando o quê? Dentre outras coisas, criando SONHOS Assim como o sonho dos capitalistas é desfazer-se de trabalhadores pensantes, os trabalhadores que insistem em pensar também têm grandes sonhos, que dizem respeito a uma outra sociedade, a um modo de produção diferente, a uma outra maneira de ver e tratar as pessoas, de trabalhar. Uma maneira distinta de ver e lidar com a vida de modo geral.

Desde o início do capitalismo, as pessoas sonham com um mundo diferente. E não apenas sonham, elas CRIAM este mundo que elas sonharam. Tudo o que existe já passou pela imaginação de alguém. Quando se realiza um sonho é porque ele foi crescendo, “contagiando” outros “sonhantes”, tomando uma dimensão maior, até o momento em que se tornou realidade.

É destes sonhos que vamos falar neste caderno. Vamos tratar daqueles grupos de pessoas que ousaram imaginar um mundo diferente e trabalharam para que isso se tornasse realidade. Vamos visitar experiências antigas e recentes de sociedades alternativas, de experiências econômicas distintas daquelas até então vigentes.

E, principalmente, vamos nos unir a estes corajosos sonhadores e lutadores. Vamos entrar no sonho deles, deixar a nossa marca, acrescentando uma pitadinha dos nossos desejos, e potencializar uma luta que se trava há muitos anos na história da humanidade, que é a luta pela dignidade, o respeito e o amor à vida, onde quer que ela se manifeste.



Trabalho e utopia



Mario Schmidt, NOVA HISTÓRIA CRÍTICA

O Quarto Estado, de Pelizza da Volpedo. O futuro pertenceria ao proletariado?

Temos estudado, no decorrer de nosso curso, que o trabalho vai assumindo sentidos diferentes, à medida que a história humana vai se fazendo. E, estes sentidos, assumem por vezes um significado positivo e, por vezes, um significado negativo. Mais que isto, este sentido negativo e positivo, ocorre ao mesmo tempo. É a isso que se chama contradição ou dialética. Quando, numa mesma idéia, conceito ou ação, há dois pólos que apesar de se negarem mutuamente, um não vive sem o outro. Mas como pode ser isto?

Vejamos: o trabalho humano é, ao mesmo tempo, criação e alienação. Mesmo no capitalismo onde o trabalho é algo estranho



ao trabalhador, porque ele não decide sobre o que produzir, como e porque produzir ou para quem produzir, o trabalho cria as condições para uma vida livre de opressão.

Vamos explicar melhor.

Na terceira etapa de nosso curso, vimos que o artesanato foi sendo, aos poucos, transformado em manufatura. Lembram dessa passagem, da Idade Média para a Idade Moderna? Quando os burgueses contratavam os artesãos com suas ferramentas e os colocavam para trabalhar juntos, num mesmo barracão? Pois bem, este momento foi fundamental porque, os primeiros capitalistas, observando o trabalho dos artesãos, puderam introduzir a divisão técnica do trabalho. Separando as operações que antes eram feitas por um único trabalhador (artesão), foi possível atribuí-las a diferentes trabalhadores. E, estas operações, foram sendo subdivididas em outras cada vez mais simples, até um nível em que puderam ser realizadas por máquinas. O trabalhador agora, ao invés de manusear um grande número de ferramentas necessárias à produção artesanal de um objeto, passou a operar máquinas através de manivelas. Ou foi fixado, ao lado de uma esteira elétrica, realizando através de instrumentos adaptados, operações repetitivas, fragmentadas, cada vez mais simples, exigindo mais rapidez e menos capacidades intelectuais.

Você deve estar se perguntando: o que isto tem a ver com a utopia? Pra entendermos esta relação é preciso primeiro compreendermos o que é utopia. Embora já tenhamos tratado disto nos primeiros cadernos de nossa série, vamos retomar aqui, porque é muito importante para o tema deste caderno.



Afinal, o que é utopia?

Quando falamos de utopia, lembramos de algo distante, um sonho. E é isto mesmo! Porém, não estamos falando de um sonho que temos quando estamos dormindo, tão pouco de um sonho que vamos viver após a morte ou no céu. Ou seja, não estamos falando de algo transcendental, que está acima da realidade concreta ou da possibilidade humana de realização.

Utopia pra nós é um sonho possível. Algo que ainda não se realizou, mas pelo qual podemos lutar porque está ao alcance das mãos humanas. Pode ser construído histórica e socialmente.

Para mim o utópico não é o irrealizável; a utopia não é o idealismo, é a dialetização dos atos de denunciar e anunciar, o ato de denunciar a estrutura desumanizante e de anunciar a estrutura humanizante. Por esta razão a utopia é também um compromisso histórico.

A utopia exige o conhecimento crítico. É um ato de conhecimento. Eu não posso denunciar a estrutura desumanizante se não a penetro para conhecê-la. Não posso anunciar se não conheço, mas entre o momento do anúncio e a realização do mesmo existe algo que deve ser destacado: é que o anúncio não é anúncio de um anteprojeto, porque é na práxis histórica que o anteprojeto se torna projeto. É atuando que posso transformar meu anteprojeto em projeto; na minha biblioteca tenho um anteprojeto que se faz projeto por meio da práxis e não por meio do blábláblá.

Além disso, entre o anteprojeto e o momento da realização ou da concretização, há um tempo que se denomina histórico; é precisamente a história que devemos criar com nossas mãos e que



devemos fazer; é o tempo das transformações que devemos realizar; é o tempo do meu compromisso histórico.

Por isso mesmo, somente os utópicos – quem foi Marx se não um utópico? Quem foi Guevara senão um utópico? – podem ser proféticos e portadores de esperança.

Somente podem ser proféticos os que anunciam e denunciam, comprometidos permanentemente num processo radical de transformação do mundo, para que os homens possam ser mais. Os homens reacionários, os homens opressores não podem ser utópicos. Não podem ser proféticos e, portanto, não podem ter esperança. (FREIRE, 1980, p. 27-28).

Se pensarmos na utopia como algo impossível, nos imobilizamos. Por isso, concordamos com a filósofa Marilena Chauí quando diz que *talvez a utopia não seja o impossível, consolação que nos conforma para a aceitação resignada do presente.*

A utopia é a afirmação de que uma outra sociedade, uma outra vida humana, a liberdade e a felicidade são possíveis. A utopia nasce do sentimento e da idéia do possível. Mas, diferença importante, o possível não é o provável. O possível é o que jamais foi feito e, no entanto, poderia ser feito – é possibilidade e não probabilidade. É o que não possui a menor garantia prévia de que acontecerá, é aporia (dificuldade de ordem racional) à procura de caminho, sem saber de antemão se há caminho e, se houver, se será possível encontrá-lo e, se encontrado, se poderá ser percorrido e, se percorrido, onde nos levará. Essa falta absoluta de garantia é a utopia, sua marca é o possível e não o impossível.

Estas idéias de Paulo Freire e Marilena Chauí se complementam com as do poeta Tiago de Mello quando alerta ao caminhante de que *não há caminho, o caminho se faz ao andar.* Isso assusta àque-



les e àquelas que se apegam a certezas. Mas na história, não há certezas, há possibilidades. Se acreditarmos que uma outra vida humana, a liberdade e a felicidade são possíveis, é preciso construí-la. Ela será o que fizermos dela.

Se a sociedade atual, capitalista, só nos possibilita vivenciarmos o sentido negativo do trabalho, não significa que seu sentido positivo não esteja latente. É preciso lutar para que este sentido prevaleça. O trabalho alienado construiu, às custas dos trabalhadores, uma totalidade de forças produtivas que nos coloca hoje a possibilidade do “direito ao ócio”. Um ócio que, desde a antiguidade, foi privilégio das classes dominantes.

Em muitas situações e momentos da sociedade contemporânea o trabalho e sua ideologia se tornam instrumentos de submissão política. O mundo é domesticado pela submissão ao trabalho. Reduz-se à esfera pública, o âmbito da discussão dos problemas comuns. As pessoas se percebem como alegres robôs que não têm efetivo poder de decisão sobre o mundo em que trabalham. Todas as atividades são feitas como labores¹ pela sobrevivência. Tem-se como utopia, no sentido de impossível, que o trabalho seja expressão, ou que possa ser um trabalho criativo e que dê prazer. Abandona-se a pretensão do artífice, do artista. O labor invade o

¹ “Labor é aquele trabalho do corpo do homem pela sobrevivência. O modelo é o do camponês sobre o arado, no trabalho da terra. Ou o da mulher no parto. Há uma dose de passividade nessa atividade humana: a submissão aos ritmos da natureza, às estações, à intempérie. Às forças incontroláveis biológicas, os hormônios, a musculatura autônoma.

O trabalho propriamente dito, aquele que traduz a palavra grega *poiesis*, o fazer, a fabricação, criação de um produto pela arte, é a obra da mão humana que maneja instrumentos que a imitam. Este fazer humano tem a qualidade da permanência; deve poder superar no tempo o próprio trabalhador. O modelo é agora o do escultor, o do artista que molda a sua estátua, usando a espátula sobre o gesso ou a pedra. (ALBORNOZ, p. 47-48)



mundo do trabalho, que os meios de comunicação de massa mantém, enquanto manipulam o desejo e criam necessidades de consumo, dando aparência de necessidade a um trabalho que em si não seria mais necessário. Assim, apesar do aumento quantitativo do tempo livre na era da automação, muitas vezes desaparecem os lugares de participação política, que precisam ser reinventados. (ALBORNOZ, p. 41-42).



Suzana Albornoz, O QUE É TRABALHO



Trabalho e formação humana

Quando falamos em formação humana, pensamos em educação. E a grande utopia dos pensadores socialistas desde Marx, passando por Gramsci, é a união entre educação e trabalho. Na verdade, uma “re-união”, porque trabalho e educação, nem sempre estiveram separados.

Nas comunidades primitivas não havia esta separação, porque não havia classes sociais. *Tudo era feito em comum: os homens produziam sua existência em comum e se educavam neste próprio processo. Lidando com a terra, lidando com a natureza, se relacionando uns com os outros, os homens se educavam e educavam as novas gerações. À medida em que ele se fixa na terra, que então era considerada o principal meio de produção, surge a propriedade privada. A apropriação privada da terra divide os homens em classes.*

Na Antiguidade, tanto grega como romana, ocorre a propriedade privada da terra: temos então a classe dos proprietários e a classe dos não proprietários. O fato de uma parte dos homens se apropriar privadamente da terra dá a eles a condição de poder sobreviver sem trabalhar. Com efeito, os não proprietários que trabalham a terra assumem o encargo de manter a si próprios e aos senhores. Nesse sentido, surge uma classe ociosa, ou seja, uma classe que não precisa trabalhar para viver: ela vive do trabalho alheio.



A escola como lugar do ócio

Se antes, no comunismo primitivo, a educação coincidia inteiramente com o próprio processo de trabalho, a partir do advento da sociedade de classes, com o aparecimento de uma classe que não precisa trabalhar para viver, surge uma educação diferenciada. É aí que está localizada a origem da escola. A palavra escola em grego significa o lugar do ócio. Portanto, a escola era o lugar a que tinham acesso as classes ociosas. A classe dominante, a classe dos proprietários, tinha uma educação diferenciada que era a educação escolar. Por contraposição, a educação geral, a educação da maioria era o próprio trabalho: o povo se educava no próprio processo de trabalho. Era o aprender fazendo. Aprendia lidando com a realidade, aprendia agindo sobre a matéria, transformando-a.

A forma como a classe proprietária ocupava o seu ócio é que constituía seu tipo específico de educação. Não só a palavra escola tem essa origem mas também a palavra ginásio, que era o local dos jogos que eram praticados pelos que dispunham do ócio. A palavra ginásio mantém esta duplicidade de significado ainda hoje. A origem da palavra ginástica é a mesma da palavra ginásio: exercícios físicos como lazer. A ginástica dos que tinham que trabalhar era o próprio trabalho, era o trabalho manual, era o manuseio físico da matéria, dos objetos, da realidade, da natureza. (SAVIANI, p. 152-153)

Na Idade Média, também não foi diferente. A escola, enquanto lugar específico da educação, era privilégio dos filhos da nobreza feudal e da aristocracia eclesiástica. Como havia uma certa divisão do mando entre os dois segmentos da classe dominante – os se-



nhores feudais e a elite da Igreja – a educação dos jovens era feita na Cavalaria (preparação para a guerra e para as artes da Corte) e nas escolas católicas (preparação dos “pensadores de classe”, seus “ideólogos ativos”, onde ensinava-se a geometria, a astronomia, a literatura, a retórica).

A educação então servia para ensinar aos filhos da classe ociosa, que vivia às custas do trabalho dos outros, as artes do mando e da dominação ideológica – a guerra, a ciência e a palavra.

É fato sabido que a escola, qualquer que seja o aspecto e conteúdo que assuma, permanece o lugar da formação das jovens gerações pertencentes à classe dominante e que as classes subalternas a ignoram. As crianças e jovens pertencentes a essas classes não têm um lugar estabelecido para sua formação, ainda que isso não signifique, é óbvio, que de qualquer maneira, não se formem. Na realidade, formam-se, não no interior de um lugar específico aos jovens, ou escolas, mas sim na aprendizagem prática, no contato direto e constante com os adultos, numa participação imediata em sua vida e atividade. Trata-se, pois, de uma verdadeira e autêntica formação no trabalho, que, também aqui, pode surgir ou no interior da família, nos casos em que esta coincida com a oficina, ou numa oficina externa à família, obediente ao respeito a normas de validade pública e comunitária que, através de séculos, veremos estabilizadas pelas corporações nos seus estatutos. E, embora, ao longo dos séculos e milênios, esses estatutos tenham regulado minuciosamente as normas do aprendizado, nem por isso criaram uma instituição “escola”, mas sempre consideraram o processo educativo como parte integrante do processo produtivo, não isolaram da geração adulta os jovens no decurso da sua formação. Em resumo, a prática artesanal, a aprendizagem do ofício nunca foi uma escola, mas o próprio trabalho no ofício; nun-



ca o lugar para crianças assistidas pelos adultos nisso especificamente qualificados, mas, pelo contrário, a admissão das crianças no local dos adultos.

[...] A escola compreendia a educação para as “artes” imediatas do domínio – armas e políticas para alguns e para outros as ciências teóricas. Enquanto a oficina compreendia as várias atividades manuais e um mínimo de “noções” a elas intimamente ligadas (e ainda aquela quantia de “doutrina” que emanava das classes dominantes e era transmitida por seus ideólogos). É evidente por si mesmo que, nessa situação de sociedade dividida e de diversos processos de formação do homem, pudessem ocorrer [...] grandes desenvolvimentos no interior de um determinado âmbito, mas não se pode pensar num desenvolvimento livre e completo do indivíduo. (MANACORDA, p. 118-119).

De acordo com o autor acima, pode-se dizer então que, os artesãos, podiam ser grandes mestres naquilo que faziam mas, como não tinham acesso ao aprendizado da ciência e outras áreas ou dimensões da vida humana, também eram privados de um desenvolvimento mais abrangente, mais integral ou, como dizia Marx, de um desenvolvimento onilateral.

A escola se populariza e se degrada

A educação e o trabalho só vão se reencontrar na Idade Moderna, com o capitalismo. Mas não como era nas comunidades primitivas, dentro do próprio processo de trabalho. Na verdade, a própria classe dominante percebe que para trabalhar nas fábricas e morar nas cidades, a classe trabalhadora precisa ter um mínimo de acesso à educação escolar. Mas apenas isto – um mínimo.



E quando a educação escolar foi estendida para os pobres ela também se dividiu entre a escola do doutor e a escola do trabalhador. Os filhos dos ricos estudam nas melhores escolas e se preparam para a universidade, quando aí sim, vão se profissionalizar, vão se tornar médicos, engenheiros, advogados, administradores de empresas, etc. Enquanto os filhos dos pobres, desde o ensino básico, já têm que buscar cursos que lhes permitam arranjar um trabalho, ainda que precário.

Quanto mais avança o processo urbano-industrial, mais se desloca a exigência da expansão escolar. (SAVIANI, P. 156). Afinal, diferentemente dos períodos anteriores, na Idade Moderna as relações sociais passam a ser geridas por contratos, o que exige que todos tenham acesso aos códigos da leitura e da escrita. Mas, como dizia Adam Smith, teórico da burguesia, deve-se dar educação para os trabalhadores, porém “em doses homeopáticas”.

A liberdade de ser explorado

A realização de um contrato de trabalho entre um capitalista e um operário, está fundada na idéia de liberdade.

A noção de liberdade, como princípio do modo de organização da sociedade moderna, que está caracterizada na ideologia do liberalismo, significa que cada um é livre para dispor de sua propriedade. É importante considerar que a liberdade está estreitamente vinculada à propriedade. É uma sociedade de proprietários livres. Considera-se o trabalhador como proprietário da força de trabalho e que vende força de trabalho mediante contrato celebrado com o capitalista. Isto rompe com o caráter da Idade Média. A sociedade moderna arranca o trabalhador do vínculo com a terra e o despoja de todos os seus



meios de existência. Ele fica exclusivamente com sua força de trabalho, obrigado, portanto, a operá-la com meios de produção que são alheios. É neste sentido que Marx, em O capital, faz referência a esta libertação que a sociedade capitalista opera e que o faz em dois sentidos: o trabalhador se converte em trabalhador livre porque desvinculado da terra, livre porque pode vender sua força de trabalho, mas também porque é despojado de todos os seus meios de existência. A liberdade posta num sentido contraditório, duplo, aparentemente positivo – livre para dispor de sua força de trabalho – mas também no sentido negativo na medida em que é desvinculada dos seus meios de existência. (SAVIANI, p. 155).

Mas, a noção de liberdade que explica a formação humana através do trabalho é outra, muito diferente da liberdade burguesa. Que liberdade tem um trabalhador de escolher entre um ou outro tipo de trabalho que lhe dê mais satisfação, na sociedade atual? Ou, estando empregado, que liberdade tem ele de decidir sobre o processo de trabalho para o qual foi contratado? Que liberdade tem o trabalhador para decidir sobre sua jornada de trabalho ou seu salário? Que liberdade tem o operário de projetar, conceber antecipadamente em sua mente o que irá produzir e, com sua ação criadora, aproximar o seu produto deste projeto antecipado?





Tempo livre para criar

O trabalho do homem tem uma qualidade específica, distinta de um mero labor animal. Se uma aranha leva a cabo operações que lembram as de um tecelão, e uma abelha deixa envergonhados muitos arquitetos na construção de suas colméias, contudo, essa sua agitação ainda não é trabalho do mesmo modo que o trabalho humano. “O que distingue o pior arquiteto da melhor das abelhas é que o arquiteto ergue a construção em sua mente antes de a erguer na realidade.” Na outra ponta do processo de trabalho chegamos ao resultado já existente no início na imaginação do trabalhador. O homem é um ser que antecipa, que faz projetos, que se representa mentalmente os produtos de que precisa. Antes da própria atividade, pela imaginação, o homem já contém em si o produto acabado.

No entanto, isso que torna o trabalho do homem propriamente humano, o projeto e a visão antecipada do produto, não está sendo possível na produção industrial mecanizada e em série. Esta é a maior alienação a que está submetido o trabalho moderno, pois assim ele se desumaniza. Pois é claro: se já não é possível ao trabalhador conter em sua mente a construção antes de construí-la; se ele está sendo agora incapaz de antever o seu produto em sua totalidade, pois só quem tem a totalidade do produto é a máquina que o trabalhador não domina totalmente, então, o trabalho dos homens está reduzido ao mesmo nível do das abelhas, da agitação animal sem projeto, e logo, é desumano. Sem ser dono do projeto do que produz, o homem apenas se agita como as formigas no formigueiro. (ALBORNOZ, p. 70-71).

Assim, sob o capitalismo, uma das utopias a se perseguir é a redução da jornada de trabalho. É a recuperação, pelo trabalhador,



do tempo livre que seria dedicado ao seu auto-desenvolvimento e que lhe é roubado pelo capitalista na forma de sobre-trabalho ou mais-valia.

O direito ao ócio, como falamos anteriormente, é legítimo neste momento da história humana em que, as máquinas construídas pelos homens, podem realizar quase todo o trabalho pesado, doloroso e garantir, para o conjunto da humanidade, tudo o que é preciso para se ter uma vida feliz. O tempo de trabalho necessário para suprir necessidades humanas é infinitamente menor hoje, do que o era há duzentos anos atrás. *O reino da liberdade deverá ser conquistado do outro lado do trabalho, no tempo livre cada vez mais acessível, nas horas de festa, no prêmio do descanso e no prazer de gozar a vida conquistado pelo esforço produtivo.* (ALBORNOZ, p. 71).

A ideologia da sociedade industrial

Em “A Ideologia da Sociedade Industrial”, Herbert Marcuse, filósofo alemão radicado nos EUA, falecido há poucos anos, afirma que a sociedade industrial sufoca as necessidades que exigem libertação, enquanto mantém e desculpa o poder destrutivo e a função repressiva desta sociedade. Os novos controles sociais criam nas massas, através da propaganda veiculada pelos meios de comunicação, uma carência irresistível para a produção e o consumo do supérfluo. O trabalho entorpecedor, como cachaça para esquecer a falta de reais liberdades, se torna necessário mesmo ali onde não mais existe necessidade real do trabalho, onde já há superprodução de riquezas. Por isto se tornam cada vez mais necessários modos de lazer também entorpecedores, que dourem a pílula e ajudem a conformar-se com liberdades decepcionantes,



como a de uma imprensa livre que se autocensura para se manter bem com os anunciantes ou a opinião pública predominante; ou com a pequena liberdade de escolher na estante do supermercado entre diversas marcas de engenhocas eletrodomésticas.

O trabalho, pois, segundo Marcuse, não seria apenas alienado no mundo de hoje, mas alienante. A servidão ao trabalho sem sentido serve para castrar os indivíduos como seres políticos e pensantes. A ocupação no trabalho de oito horas, mesmo quando quatro horas seriam mais do que suficientes para manter a produção de alimentos e produtos de necessidade real para a sobrevivência, tem o sentido de manter as massas ocupadas e obedientes, de abafar os protestos, e assim manter as inércias de um sistema que se auto-reproduz quase insensivelmente.

O espaço privado, no qual o homem pode tornar-se e permanecer ele mesmo, aquele espaço de liberdade interior tão idealizado, se apresenta hoje invadido pela realidade tecnológica, e isso não só pelo domínio da televisão em todas as esferas domésticas. O aparato produtivo e as mercadorias e serviços que ele produz vendem e impõem o sistema social como um todo. [...] O indivíduo se identifica a esse todo social pelos seus hábitos, sem consciência clara.

Os produtos doutrina e manipulam; promovem uma falsa consciência imune à sua própria falsidade. [...] O produto do trabalho e o seu consumo escravizam; terminam o processo de alienação e cooptação do indivíduo, que não pode mais se destacar e opor. O trabalho torna-se necessário porque o produto é visto como tal; e assim se fecha o círculo da nova dominação. (ALBORNOZ, p. 74-8)



Romper com este círculo é um dos desafios. Só assim poderemos falar de liberdade, retomando a idéia de trabalho como *poiesis*, como criação.



Talvez por isso, o professor Milton Santos dizia que a esperança do Brasil eram os pobres, porque nestes encontra-se além da sabedoria da escassez, a negação deste estilo de vida do qual os pobres foram excluídos embora sendo maioria. Abrindo-se, portanto, para a economia popular solidária um campo de constituição de uma nova relação entre educação e trabalho, na perspectiva de uma outra sociedade, e uma outra vida humana, com liberdade e felicidade.

Quanto aos “não-possuidores” sua convivência com a escassez é conflituosa e até pode ser guerreira. Para eles, viver na esfera do consumo é como querer subir uma escada rolante no sentido da descida. Cada dia acaba oferecendo uma nova experiência da escassez. Por isso não há lugar para o repouso e a própria vida acaba por ser um verdadeiro campo de batalha. Na briga cotidiana pela sobrevivência, não há negociação possível para eles, e, individualmente, não há força de negociação. A sobrevivência só é assegurada porque as experiências imperativamente se renovam. E como a surpresa se dá como rotina, a riqueza dos “não-possuidores” é a prontidão dos sentidos. É com essa força que eles fogem dessa lógica e ao lado da busca de bens materiais finitos cultivam a procura de bens infinitos como a solidariedade e a liberdade: estes, quanto mais se distribuem, mais aumentam”.



As críticas ao capital que fundaram as utopias

O trabalhador – quer esteja dentro de uma empresa, realizando trabalho repetitivo, quer esteja na rua, juntando papel, ou procurando emprego, ou mesmo aquele que desistiu de procurar emprego e entra nas filas para receber alimentos – sempre sofre muito porque não tem as condições básicas de sobrevivência asseguradas.

No entanto, revoltas e sonhos SEMPRE aconteceram. Onde há sofrimento, há revolta. As críticas e lutas atingem, principalmente, quatro características do capitalismo: (a) a desigualdade que ele provoca; (b) a “ditadura” do capital; (c) a concorrência; (d) a destruição do meio ambiente.

a) Desigualdade de recursos e de poder – A sociedade capitalista é SEMPRE desigual. Não poderia ser diferente. Para que uns tenham muita riqueza é preciso que outros não tenham nada.

Os que detêm muito recurso também podem exercer grande poder.

As prisões estão repletas de pessoas pobres que não têm recursos e nem poder, e geralmente vão parar ali porque foram vítimas da violência maior, ou seja: foram “jogadas fora” dos circuitos de produção e consumo e para continuarem vivas precisam roubar e até matar.

Não vão para a prisão aqueles que destroem o meio ambiente, as reservas naturais, poluindo rios e mares; não são presos aqueles que atentam contra a vida humana, submetendo-a a trabalho escravo; Também não há prisão para os que tomam conta das terras nas quais viviam populações indígenas, causando a morte destas popu-



lações, transformando a terra em mercadoria.

b) Ditadura do capital – Nas empresas capitalistas, não há democracia. A administração é feita de maneira hierárquica, as decisões são tomadas por uma cúpula. Numa fábrica, por exemplo, os operários têm um chefe e têm que obedecer a eles. Estes chefes, por sua vez, têm os supervisores, os quais eles também precisam acatar. Os que estão no “alto”, na cúpula, são os sócios, proprietários, acionistas. Estes, sim, podem fazer na empresa o que bem entenderem. Se eles perceberem que algum funcionário não está trabalhando como devia estar, eles vão demitir, e nem vão saber os motivos que levaram este funcionário a não produzir como deveria.

O que importa, de verdade, é o lucro, o resultado financeiro. As pessoas são consideradas apenas como ferramentas para que este lucro aconteça.

Há empresas que permitem aos empregados participarem de uma mínima parcela do lucro obtido. Isso, porque descobriu-se que desta forma, os trabalhadores **produzem mais**, porque ficam mais motivados para trabalhar quando sabem que, se a empresa prosperar, eles também vão obter algum benefício financeiro com isso.

Também há o sistema de co-gestão: é quando os empregados são chamados para participar de algumas decisões, principalmente em questões relacionadas à própria organização do trabalho que eles executam. Eles ganham, então, maior autonomia e poder de auto-organização. Descobriu-se que, quando as pessoas têm oportunidade de opinar, decidir, enfim: sentir-se parte do processo e não uma ferramenta, elas se sentem motivadas e **produzem mais**.

No entanto, tais decisões nunca podem se relacionar a questões maiores da empresa, como metas e objetivos. É o poder patronal



que deve decidir sobre isso. Da mesma forma, se for constatado que a empresa lucrará mais se comprar uma máquina e demitir dez empregados, não há dúvida de que demitirá os empregados sem remorso algum.

Percebemos, então, que democracia, na verdade, não existe numa empresa. A regra é o poder ditatorial. Se existem concessões, é para obter vantagens com estas concessões.²

c) Concorrência – A concorrência é típica da sociedade capitalista, ela se manifesta em todos os momentos, em todas as dimensões da vida, vai além das relações mercantis. A concorrência está tão forte dentro de nós, que competimos todo o tempo e nem sentimos.

Os esportes, de modo geral, são competitivos. Vence o “melhor”. As crianças desde cedo aprendem a competir, nas brincadeiras infantis.

Nas relações de trabalho, essa competição se torna ainda mais forte, começa na busca para conseguir emprego. Para cada vaga oferecida, há centena ou milhares de candidatos. É preciso “vencer” todos eles, provar que é o melhor para conseguir o lugarzinho ao céu. No emprego, é preciso provar que é melhor que o companheiro de trabalho, para conseguir uma promoção e um salário melhor.

Os pequenos e grandes comerciantes travam uma verdadeira guerra entre si. É comum as lojas colocarem produtos em promoção, a preços baixíssimos, mesmo tendo prejuízo, mas para destruir

² Ver SINGER, Paul. A Economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo : Contexto, 2000. - GUILLERM & BAUDET. Autogestão



o concorrente. É desta forma que as grandes empresas “engolem” aquelas pequenas, que não podem competir com as mesmas armas que as grandes.

Você já observou o que acontece com o pequeno comércio quando um hipermercado se instala no bairro? Já parou para pensar que aquelas ofertas irresistíveis no supermercado servem para destruir a concorrência e não para beneficiar os que compram?

Competição é como se fosse guerra. Pode-se dizer que é, verdadeiramente, uma guerra. No capitalismo, a lei é a do mais forte.

Paul SINGER diz que ninguém se lembra dos perdedores da competição capitalista. Se um candidato à vaga na empresa consegue o trabalho, o que acontece com os outros milhares que perderam? Se no vestibular há 20 pessoas para cada vaga, o que acontece com aqueles que sobram?

Os perdedores da competição vão ACUMULANDO PERDAS, e isso influi de forma decisiva na sua auto-estima e diminui, assim, a possibilidade deles obterem êxito em alguma outra competição. É como se fosse um círculo vicioso: a cada derrota, o perdedor vai se “descapitalizando”, vai se tornando mais frágil, é como uma ferida que vai se abrindo a cada dia mais.³

d) Degradação do meio ambiente – Este é outro problema seríssimo. Ao transformar os bens naturais em mercadoria, a natureza é agredida sistematicamente, e quem mais sofre são as pessoas pobres, que não têm mais como beneficiar-se dos recursos naturais.

Um exemplo é a terra: a terra sempre esteve à disposição dos seres vivos para nela morarem e dela tirarem o seu sustento. Quando a terra se transforma em mercadoria, passa a ser acumulada,

³ SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo : Perseu Abramo, 2002. P. 8



enquanto tantas pessoas não têm onde morar e trabalhar.

A ganância pelas riquezas naturais e a pilhagem da natureza começou, no Brasil, com a invasão, que a História chama de “descobrimento”. Os europeus chegaram aqui, extraíram toda aquela madeira chamada “pau brasil” e transformaram em mercadoria, obtendo grande lucro. Isso foi feito com várias madeiras, além dos minérios e tantas outras riquezas naturais deste País.

Os indígenas, na época, não entendiam nada: viam os portugueses arrancando as árvores, levando-as para os navios, como se o mundo fosse acabar.

Um índio tupinambá perguntou: - Por que vocês vêm buscar lenha tão longe? Não há madeira em sua terra? - o português respondeu que havia muita madeira, mas não daquele tipo. Explicou que a madeira não servia para queimar, mas sim para dela extrair uma tinta muito boa para tingir cordões de algodão e plumas. O índio perguntou: - precisas de tanta madeira, assim? E o português respondeu: - Sim, no nosso país existe um negociante que compra todo o pau-brasil que chega nos navios. O índio perguntou: - esse comerciante rico não morre? – o português respondeu: - sim, morre, como todos os outros. – E quando morre, para quem fica o que eles deixam? - para os filhos, se os têm. O índio, então concluiu: vocês são loucos! Atravessam o mar, sofrem grandes incômodos, chegam aqui, trabalham tanto para amontoar riqueza para seus filhos! Não será a terra que te nutriu suficiente para alimentar seus filhos também? Nós temos pais, mães e filhos a quem amamos; mas estamos certos de que depois da nossa morte a terra que nos nutriu também os nutrirá, por isso descansamos sem maiores cuidados.⁴

⁴ RIBEIRO, Darcy. **O Povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. Rio de Janeiro : Companhia das Letras, 1999. P. 46



A lógica de acumulação do capital, portanto, é algo absurdo, e nós às vezes vemos como normal.

Tanta ganância faz com que desapareçam ou se percam os recursos naturais. Hoje não há mais pau-brasil, várias espécies animais e vegetais desapareceram, e outras tantas estão em perigo de extinção. Há o perigo da poluição, da emissão de gases na atmosfera, e tantos outros.

Utopias do Trabalho no século XIX

Já falamos sobre as quatro maiores críticas lançadas ao capital. Esta última característica, relativa ao meio ambiente, tomou corpo no final do século XX, quando se descobriu que o Planeta Terra corre perigo devido à exploração sem limite.

No século XIX, não havia tanta preocupação com a natureza. O mundo não parecia correr perigo, os recursos naturais pareciam ser infinitos.

A seguir, serão recuperadas algumas utopias e experiências não-capitalistas que ocorreram no século XIX, para que possamos descobrir as origens do que chamamos hoje de “economia solidária”.



Mario Schmidt, NOVA HISTÓRIA CRÍTICA

“O povo unido jamais será vencido”! Trabalhadores, despertai, de Serov.

Anarquismo

Denomina-se anarquismo a doutrina que surgiu na Europa em 1840. Esta linha de pensamento valoriza a liberdade, ao que é espontâneo e natural.

*O anarquismo rejeita tudo o que se relaciona a **autoridade**. Nega até mesmo a figura do Estado, e as suas leis. No entanto, aceita leis quando estas são discutidas e elaboradas de forma livre, coletivamente. Sonha-se com uma sociedade livre e igualitária, na qual as pessoas teriam liberdade de ação, poder de decisão, sem necessitar seguir líderes ou figuras de autoridade.⁵*

⁵ BOBBIO, Norberto. Et.al. **Dicionário de Política**. 5.ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília. São Paulo : Imprensa Oficial do Estado, 2000. P. 23



*Várias organizações econômicas de inspiração anárquica foram propostas no século XIX, e elas têm como base a gestão comunitária de sociedade. Fundam-se na **cooperação**, ou seja: na livre associação de indivíduos que se unem para produzir e distribuir os bens que eles produzem. Nestas organizações, tenta-se eliminar toda a tendência autoritária: as decisões são tomadas coletivamente, sem níveis hierárquicos.*⁶

*O ponto comum do pensamento anarquista, portanto, é a substituição da autoridade pela cooperação entre indivíduos livres. Para os anarquistas, a riqueza não é moral. Assim, os pobres são vítimas da sua miséria tanto quanto os ricos são vítimas de sua opulência. As pessoas devem ter o necessário que permita tempo livre para dedicar-se a atividades mais nobres, relacionadas à espiritualidade, artes, ciências.*⁷

PROUDHON foi um anarquista, tido também como “socialista utópico”. Ele ficou famoso pela rejeição à autoridade. Dizia assim: “o misticismo é adoração do homem pelo homem; o estadismo, o governo do homem pelo homem; o capitalismo é exploração do homem pelo homem.” Seriam estas, para PROUDHON, três formas de autoritarismo, de dominação, que deveriam ser eliminadas.

Este autor influenciou muitas pessoas, que mesmo depois de sua morte, se diziam “proudhonianos”, ou seja, eram seguidores de Proudhon. A experiência da Comuna de Paris, que será tratada adiante, por exemplo, orientou-se por muitas de suas idéias.

⁶ Id.

⁷ WOODCOCK, George. **História das idéias e movimentos anarquistas**. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2002. P.17-18



Já FOURIER, francês, em 1830 ficou conhecido pelo seu projeto, denominado falanstério. A essência deste projeto era o trabalho realizado livremente, motivado pela *paixão*, e não pelo rendimento. No seu entendimento, as pessoas deveriam, obrigatoriamente, ter garantidos os meios de sobrevivência, para poderem escolher o trabalho que mais lhes desse prazer.

Nesta sociedade idealizada por FOURIER, as pessoas viveriam em uma comunidade onde reinaria a harmonia, e ninguém dependeria do trabalho para viver, porque haveria uma renda mínima obrigatória, para os que não desejassem trabalhar.

FOURIER foi muito criticado por MARX, porque, para realizar os falanstérios, ele recorria ao patrocínio da classe dominante (os ricos, empresários). Além disso, MARX acusava as suas idéias de “fantasiosas”, como “castelos no ar”, sem possibilidades de realização.

As primeiras cooperativas

Um grande empresário se destacou no início do século XIX. Proprietário de uma indústria de tecidos, Robert OWEN não concordava com a exploração dos trabalhadores e na sua indústria, passou a tratar de forma diferenciada seus empregados. Não permitia o trabalho infantil, construía escolas para as crianças, dava muitas regalias aos trabalhadores.

Em 1917, OWEN apresentou um plano ao governo inglês: que, ao invés de gastar recursos públicos para atender os pobres, o governo investisse este dinheiro na criação de locais nos quais morariam cerca de 1.200 famílias, produzindo e consumindo entre elas, de forma cooperativa, ajudando-se mutuamente. Deu a estes espaços o nome de *aldeias cooperativas*.



O governo inglês logo percebeu que aquele projeto era muito perigoso porque ia além de dar ajuda aos pobres, e economizar recursos públicos – na verdade tratava-se de questionar o próprio modo de produção capitalista. Como criar comunidades cooperativas, sem pôr em questão a desigualdade e “ditadura do capital”? Claro que a proposta não foi aceita. Mesmo porque, Estado e capital andam sempre de “mãos dadas”.

Mas, Owen não desistiu da sua idéia. Fora da Inglaterra, fundou uma aldeia cooperativa que durou apenas 04 anos. Na sua ausência, na Inglaterra, vários grupos se puseram a lutar pela criação de cooperativas, eram os chamados “owenistas”, aqueles que seguiam as idéias de Owen.

Quando Owen voltou à Inglaterra, quatro anos depois, encontrou uma efervescência de cooperativas, que uniam-se aos sindicatos, dispendo-se lado-a-lado com os operários das fábricas, nas suas reivindicações, e contra o capital.

Foram criadas “cooperativas integrais” inspiradas na proposta de Owen de “aldeias cooperativas”, que funcionavam assim: os trabalhadores, juntos, organizavam produção e consumo. Também havia *bazares de trocas*, ou *bolsas equitativas de trabalho*, parecidas com os modernos Clubes de Troca. As trocas eram realizadas entre os próprios trabalhadores das cooperativas, e foi inclusive criada uma moeda própria, que se chamava “notas de trabalho”, cujo valor correspondia ao número de horas gastas na produção.

As lutas tomaram uma grande dimensão: as cooperativas não eram só alternativa de sobrevivência para desempregados, ou para melhorar as condições de trabalho. O objetivo era eliminar o modelo capitalista, colocando no seu lugar o cooperativismo. Havia o plano de tomar as fábricas, tirá-las dos capitalistas e transformá-las em



cooperativas. Desta forma, os próprios trabalhadores assumiriam a gestão, dividiriam igualmente os resultados e viveriam de forma a não competir, mas sim cooperar para o bem de todos.

No entanto, o governo reagiu e se travou uma luta desigual porque Estado e capital se voltaram contra os trabalhadores. Houve demissões em massa, nas fábricas e vários outros tipos de pressão àqueles trabalhadores que se ligassem aos sindicatos ou às cooperativas.

Finalmente, os trabalhadores foram vencidos porque estavam em situação de desvantagem na luta desigual. Tiveram que abandonar a luta, voltar para a fábrica.



Gravura do livro de José Geraldo Vinci de Moraes, CAMINHOS DAS CIVILIZAÇÕES

Repressão a manifestações operárias, Paris, 1902.



Comuna de Paris

A Comuna de Paris foi, talvez, o acontecimento mais importante na luta dos trabalhadores no século XIX. Pela primeira vez, no período de dois meses, eles conseguiram destruir uma estrutura capitalista e estatal, e substituí-la por outra, completamente diferente: foi instalada uma democracia direta, um socialismo autogestionário.

Aconteceu em 1871, em Paris, França. Contexto de conflitos e alianças movidas por interesse entre os governos da França, Prússia e Alemanha. O povo tomou as armas, principalmente os canhões, indignados com as medidas antipopulares do governo.

Não cabe aqui registrar com detalhes a sucessão de acontecimentos que levaram à proclamação da Comuna de Paris, mas apresentar sob que fundamentos ela se constituiu. Por isso, transcrevemos aquilo que pode ser considerado um estatuto legal de uma utopia.

*“O povo trabalhador de Paris e seus arredores proclama a fundação da COMUNA DE PARIS. Os delegados dos conselhos de bairro constituídos em Assembléia da Comuna, único poder soberano, **decretam:***

Artigo I.

As velhas autoridades de tutela, criadas para oprimir o povo de Paris, são abolidas, tais como, comando da polícia, governo civil, câmaras e conselho municipal. E, as suas múltiplas ramificações: comissariados, esquadras, juizes de paz, tribunais, etc., são igualmente dissolvidos.



Artigo II.

A Comuna proclama que dois princípios governarão os assuntos municipais: a gestão popular de todos os meios da vida coletiva; a gratuidade de tudo o que é necessário e de todos os serviços públicos.

Artigo III:

O poder é exercido, no âmbito dos princípios a seguir indicados em pormenor, pelos conselhos de bairro eleitos. São eleitores e legíveis para estes conselhos de bairro todas as pessoas que nele habitem e que tenham mais de 16 anos de idade.

Artigo IV:

Sobre o problema da HABITAÇÃO tomam-se as seguintes medidas: expropriação geral dos solos e sua comunização, requisição das residências secundárias e dos apartamentos ocupados parcialmente; são proibidas as profissões de promotores, agentes de imóveis e outros exploradores da miséria geral; os serviços populares de habitação trabalharão com a finalidade de restituir verdadeiramente à população parisiense o seu caráter trabalhador e popular.

Artigo V:

Sobre os TRANSPORTES tomam-se as medidas seguintes: o “metro”, os autocarros, os trens suburbanos e outros meios de transportes públicos são gratuitos e de livre utilização; o uso de viaturas particulares é proibido em toda a zona parisiense, com exceção das viaturas de bombeiros, ambulâncias e de serviço a domicilio; a Comuna põe à disposição dos habitantes de Paris um milhão de bicicletas cuja utilização é livre, mas não poderão sair da zona parisiense e seus arredores.



Artigo VI:

Sobre os SERVIÇOS SOCIAIS tomam-se as seguintes medidas: todos os serviços ficam sob controle das juntas populares de bairro e são geridos em condições paritarias pelos habitantes de bairro e os trabalhadores destes serviços; as visitas médicas, consultas, assistência médica e medicamentos são gratuitos.

Artigo VII:

A Comuna proclama a anistia geral e a abolição da pena de morte e declara que a sua ação se baseia nos seguintes princípios: dissolução da policia municipal, dita policia parisiense; dissolução dos tribunais e tribunais superiores; transformação do Palácio da Justiça, situado no centro da cidade, num vasto recinto de atração e de divertimento para crianças de todas as idades; em cada bairro de Paris é criada uma MILÍCIA POPULAR composta por todos os cidadãos, homens e mulheres, de idade superior a 15 anos e inferior a 60 anos, que habitem o bairro; são abolidos todos os casos de delitos de opinião, de imprensa e as diversas formas de censura: política, moral, religiosa, etc ; Paris é proclamada terra de asilo e aberta a todos os revolucionários estrangeiros, expulsos pelas suas idéias e ações.

Artigo VIII:

Sobre o URBANISMO de Paris e arredores, consideravelmente simplificado pelas medidas precedentes, tomam-se as decisões seguintes: proibição de todas as operações de destruição de Paris: vias rápidas, parques subterrâneos, etc; criação de serviços populares encarregados de embelezar a cidade, fazendo e mantendo canteiros de flores em todos os locais onde a estupidez do “urbanismo do automóvel” levou a solidão, a desolação e ao inabitável; o uso doméstico (não industrial nem comercial) da água, da



eletricidade e do telefone é assegurado gratuitamente em cada domicílio; os contadores são suprimidos e os empregados são colocados em atividades mais úteis.

Artigo IX:

Sobre a PRODUÇÃO, a Comuna proclama que: todas as empresas privadas (fabricas, grandes armazéns, etc.) são expropriados e os seus bens entregues à coletividade; os trabalhadores que exercem tarefas predominantemente intelectuais (direção, gestão, planificação, investigação, etc) periodicamente serão obrigados a desempenhar tarefas manuais; todas as unidades de produção são administradas pelos trabalhadores em geral e diretamente pelos trabalhadores da empresa, em relação à organização do trabalho, distribuição de tarefas; fica abolida a organização hierárquica da produção; as diferentes categorias de trabalhadores devem desaparecer e desenvolver-se a rotatividade dos cargos de trabalho; a nova organização da produção tenderá para assegurar a gratuidade máxima de tudo o que é necessário e diminuir o tempo de trabalho. Devem-se combater os gastadores e parasitas “profissionais”. Desde já são suprimidas as funções de contramestre, cronometrista, psicotécnico e fiscal.

Artigo X:

Os trabalhadores com mais de 55 anos, que desejem reduzir ou suspender a sua atividade profissional, têm direito a receber integralmente os seus meios de existência. Este limite de idade será menor em relação a trabalhos particularmente custosos.

Artigo XI:

É abolida a ESCOLA “velha”. As crianças devem se sentir como em sua casa, aberta para a cidade e para a vida. A sua única fun-



ção é a de torná-las felizes e criadoras. As crianças decidem a sua arquitetura, o seu horário de trabalho, e o que desejam aprender. O professor antigo deixa de existir: ninguém fica com o monopólio da educação, pois ela já não é concebida como transmissão do saber livresco, mas como transmissão das capacidades profissionais de cada um.

Artigo XII:

A submissão das crianças e da MULHER à autoridade do pai, que prepara a submissão de cada um à autoridade do Chefe, morreu.

- O casal constitui-se livremente com o único fim de buscar o prazer.

- Portanto, a propriedade privada é abolida.

- A Comuna proclama a liberdade de nascimento: o direito de informações sexual desde a infância, o direito ao aborto, o direito a anti-concepção.

As crianças deixam de ser propriedade de seus pais. Passam a viver em conjunto na sua casa (a Escola) e dirigem a sua própria vida.

Artigo XIII:

A Comuna decreta: todos os BENS DE CONSUMO , cuja produção em massa possa ser realizada imediatamente, são distribuídos gratuitamente; são postos à disposição de todos nos mercados da Comuna.⁸

⁸ NASCIMENTO, Cláudio. **Autogestão e economia solidária.** In: Seminário Estadual de Sensibilização sobre Economia Solidária e Desenvolvimento Sustentável e Solidário. Porto Alegre, Escola Sindical Sul, junho de 2002.



Utopias no século XX e XXI

Os sonhos e as lutas que ocorreram na História, podem parecer, à primeira vista, que foram em vão, que não serviram para nada porque o capitalismo está ainda firme, multiplicando suas vítimas.

Mas não é bem assim. As transições históricas não se dão de uma hora para outra, é preciso tempo e – sobretudo – **acúmulo de lutas**.

Este acúmulo de lutas é que faz com que haja mudanças. São as subjetividades de que falam os autores contemporâneos HARDT e NEGRI, que escreveram o livro “Império”. Eles dizem que a História é movida por subjetividades, que são forjadas por atos de criação, desejos, sonhos, a imaginação. Todas as experiências anteriores, com as subjetividades que as regem, vão se acumulando e fazendo história.

Hoje em dia, o capitalismo faz ainda mais vítimas, porque muitas pessoas estão excluídas, desempregadas, e precisam viver da caridade alheia.

Isto, porque estamos vivendo numa fase que pode ser chamada de Revolução Tecnológica. Pela primeira vez na História, é possível produzir mais, com menos trabalhadores e em menos tempo. É por isso que há tantos desempregados.

Mas, as pessoas continuam sonhando, protestando e criando, imaginando um mundo diferente.

Atualmente, muito se tem pensado na questão do trabalho: Por quê se trabalha tanto se já há tanta riqueza no mundo? Por que os que estão empregados trabalham demais enquanto outros não con-



seguem emprego? O que é, afinal, o trabalho? É castigo? É obrigação? É prazer? É morte? Ou é vida?

Há muitos pensadores, hoje, que questionam a forma como se vê o trabalho hoje: para muitos o trabalho (principalmente o emprego) é tido como um “deus”, como se fosse algo sagrado, ou alguma coisa que se “tem”, não que se “faz”.⁹

Para o grupo alemão “Krisis”, a luta hoje não deveria ser pelo direito ao trabalho, mas sim pelo FIM do trabalho, tal como ele se apresenta: alienado, desumanizado. A luta, para estes autores, deveria ser pelo direito de continuar vivendo de maneira digna, desfrutando das comodidades que a evolução tecnológica permite desfrutar.

André GORZ diz que estamos entrando numa fase da História na qual o trabalho vai aos poucos sendo extinto. Este autor entende que é preciso sonhar com algo diferente, é preciso imaginar um outro tipo de trabalho, que não este capitalista: com base na “ditadura”, na desigualdade, na desumanização do trabalhador.

Que tal deixarmos a imaginação correr livre e sonhar com um trabalho que se possa realizar com prazer, alegria, amor, solidariedade... É possível? Há quem diga que sonho que se sonha junto, é realidade.

E então, vamos sonhar juntos, com um outro tipo de trabalho?

¹⁰ Cepat Informa. In : André GORZ. Curitiba, Cepat, n. 83, p. 10



Escola de Formação Básica
Multiplicadora da Economia Popular Solidária



Referências Bibliográficas

- BANCAL, Jean. **Proudhon – pluralismo e autogestão**. Brasília : Novos Tempos, s/d.
- BOBBIO, Norberto. **Dicionário de Política**. 5.ed. Brasília : Editora Universidade de Brasília. São Paulo : Imprensa Oficial do Estado, 2000. P. 23.
- NASCIMENTO, Claudio. **Autogestão e economia solidária**. Seminário Estadual de Sensibilização em Economia solidária e Desenvolvimento Sustentável. Porto Alegre, Escola Sindical Sul, junho de 2002.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. Rio de Janeiro : Companhia das Letras, 1999.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 2002.
- SINGER, Paul. **Introdução à economia solidária**. São Paulo : Perseu Abramo, 2002.
- WOODCOCK, George. **História das idéias e movimentos anarquistas**. Porto Alegre : L&PM Pocket, 2002.
- Grupo Krisis. **Manifesto contra o trabalho** – Disponível em 17/08/2004 no site www.consciencia.org/contemporanea/krisis.shtml.
- ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. 6. ed. 5. reimpr. São Paulo : Brasiliense, 2002. Coleção Primeiros Passos, 171.



FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação, uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo : Moraes, 1980.

MANACORDA, Mario Alighiero. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo : Cortez : Autores Associados, 1991.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente às novas tecnologias. In: FERRETTI, Celso João et al. (Orgs.). **Novas tecnologias, trabalho e educação**: um debate multidisciplinar. Petrópolis : Vozes, 1994, pp. 147-164.

HELLER, Agnes. **Para mudar a vida**: felicidade, liberdade e democracia. São Paulo : Brasiliense, 1982.

LANGER, André. **Pelo êxodo da sociedade salarial**: a evolução do conceito de trabalho em André Gorz. Cadernos IHU, ano 2, nº 5, 2004.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 2ª edição. Rio de Janeiro: São Paulo: Record, 2000.

AS UTOPIAS EM TORNO DO TRABALHO: LIBERDADE E CRIAÇÃO
Caderno 4 da Série "História Social do Trabalho"

Texto básico elaborado por Ana Inês Souza e Gisele Carneiro.
Subsídio referente à quarta Etapa da Escola de Formação Básica
Multiplicadora da Economia Popular Solidária

Coordenação Geral: Coletivo de Economia Popular Solidária



Fone: 322-8487

E-mail: cefuria@cefuria.org.br

Site: www.cefuria.org.br

Curitiba, julho de 2006



Este material conta
com o apoio financeiro da

FINEP
Financiadora de Estudos e Projetos



Ministério da
Ciência e Tecnologia



CEPAT

MISEREOR
DAS HILFSWERK